

ATA DA 48 REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, reuniram na sala de reuniões da sede do LEMEPREV, situado à Rua Joaquim de Góes, nº 665 – Centro – Leme – SP, às treze horas e treze minutos, os membros do Comitê de Investimentos, nomeados através da Portaria nº 86-A/2014, constatando a presença de todos. Em seguida realizou-se a verificação dos investimentos e os resgates financeiros, constatando que no mês Agosto/2016 foram realizadas Autorizações de Aplicações e Resgates nºs 117 a 134, verificando **Aportes** no valor de R\$19.580.667,34 nos Fundos: CAIXA BRASIL Referenciado DI LP no valor de R\$7.738.863,91, BB PREVID. RF PERFIL no valor de R\$4.841.803,43 e CAIXA FI BRASIL IRF-M-1 TP RF no valor de R\$7.000.000,00 e **Resgates** no montante de R\$17.683.931,57, sendo R\$7.237.842,11 do Fundo CAIXA BRASIL Referenciado DI LP, R\$4.841.803,43 do BB PREVID, RF TP IX, R\$5.592.005,00 do CAIXA BRASIL FI 2016 III TP RF, R\$247,46 do FIDC MASTER III, R\$4.033,57 do FIDC ITÁLIA SENIOR e R\$8.000,00 do CAIXA RIO BRAVO FII. Quanto à **concentração**, os Fundos de RENDA FIXA atingiram, em Agosto/2016, o montante de R\$159.856.346,55, perfazendo 98% do PL, sendo que: os Fundos 100% Títulos Públicos totalizaram R\$111.752.509,11 (68,49% do PL); os Fundos: Renda Fixa (IMA ou IDK) somaram R\$15.606.371,44 (9,56% do PL), em Renda Fixa e Referenciado não Crédito Privado o valor de R\$30.779.133,76 (18,86%), em FIDC Aberto consta o valor de R\$1.352.697,10 (0,83% do PL) e em FIDC Fechado consta o valor de R\$365.635,14 (0,22% do PL). Os Fundos de RENDA VARIÁVEL totalizaram o valor de R\$3.305.690,72, o que equivalente a 2% do PL, onde R\$1.056.479,22 (0,65% do PL) em Multimercado, R\$1.269.211,50 (0,78% do PL) trata-se de investimento em Fundo de Investimentos por Participação e R\$980.000,00 (0,60% do PL) em Fundo de Investimentos Imobiliários. Após análise, constatou-se que os investimentos estão de acordo com a política de investimentos e legislações específicas vigentes. Passou-se para o exame dos fundos de investimentos quanto à **rentabilidade** nos últimos 12 meses, onde foi verificado o seguinte: **RENDA FIXA** - BB IRF M com 18,50%↑, BB IDKA 2 com 17,70%↑, BB IRF-M 1 com 14,60%↑, CEF IMA B 5 com 17,61%↑, CEF IMA-B com 24,30%↑, CEF IDKA2 com 17,78%↑, CEF NOVO BRASIL com 24,37%↑, CEF IRF-M-1 com 14,74%↑, BRADESCO FI RF IRF-M 1 com 14,59%↓, ITAU Inflação 5 com 17,62%↑, ITAU Soberano com 14,52%↑, Monte Carlo com 18,81%↑, CAIXA FI BRASIL 16 III TP RF com 15,81%↑, BB PREV.RF TP IX com 16,22%↑, LMX IMA B com 14,76%↑, BB PERFIL FC com 14,01%↑, CEF FI BRASIL RF DI LP com 14,14%↑, FIDC BVA MASTER III com 1,24%↑, FIDC BVA ITÁLIA com 22,09%↓, FIDC QUATÁ com 16,42%↑. **RENDA VARIÁVEL** – ÁTICO FLORESTAL com -1,19%↑, CEF FII RIO BRAVO com 5,34%↓ e WESTERN ASSET L&S MULT com 16,98%↑. O desempenho da carteira de investimentos Lemeprev atingiu em Agosto/2016 (acumulado no ano) o percentual de 11,81%, frente à meta atuarial de 9,60% (IPCA + 6%). Foram analisadas as publicações a seguir: www.infomoney.com.br – **Mais que um estímulo: cortar a Selic seria selo de**



Ata Ord. 48 - Página 1



qualidade dado pelo BC. Pelos sinais emitidos pelo Banco Central, está chegando a hora de iniciar uma flexibilização na política monetária. Equipe InfoMoney, 26 set, 2016 12h14 *Por Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos. Pelos sinais emitidos pelo Banco Central, está chegando a hora de iniciar uma flexibilização na política monetária. O Copom não precisa esperar a inflação chegar mais perto da meta para dar início ao corte de juros. Fosse um BC sem reputação, talvez fosse necessário aguardar, afinal a inflação está próxima de 9%, acima do teto de 6,5%. Não é o caso. As expectativas inflacionárias dos analistas e as embutidas nos preços de ativos reduziram de forma satisfatória (para 12 meses adiante, estão em 5,16% e 5,87%, respectivamente, ante 6,9% e 9% no início do ano), indicando a confiança no compromisso e na capacidade do BC de entregar inflação na meta. Quanto à capacidade de entrega, o que se discute não é a qualificação técnica dos membros do Copom, que é inquestionável, mas a possibilidade real de estar em curso uma mudança do regime fiscal que aumente o poder da política monetária. No quadro anterior, havia o temor de uma espiral inflacionária de origem fiscal que o BC não conseguiria evitar. Isso mudou. Sabemos que a política monetária tem baixa eficácia no Brasil exigindo taxas de juros elevadas em função de fatores como a elevada segmentação do mercado de crédito (metade do crédito bancário tem taxas subsidiadas, o que compromete o canal de crédito da política monetária) e a indexação formal e informal ainda presente na economia. Um exemplo desse último ponto é o mercado de trabalho. Mesmo com taxas de desemprego recordes, os salários dos segmentos sindicalizados não recuam em termos reais. Além de ser ruim para a inflação, aumenta o desemprego. Além disso, a estrutura produtiva fragilizada pelo chamado custo Brasil significa uma oferta agregada menos flexível, o que torna a economia mais vulnerável a choques inflacionários. Por exemplo, a legislação causa tamanho custo trabalhista na comparação mundial e insegurança jurídica que, diante de um aumento de demanda, o empresário pode preferir elevar seus preços finais a contratar mais mão-de-obra e aumentar a oferta de bens e serviços. Apesar de todas essas questões, que parecem tornar os cortes de juros sempre arriscados no Brasil, há possivelmente um espaço para isso agora. A taxa real de juros (taxa de juros descontada a expectativa inflacionária) está subindo, em função da queda das expectativas inflacionárias, enquanto o quadro econômico é ainda muito grave: o crédito secou e não há sinais de retomada; a saúde financeira das empresas é preocupante, o que significa risco não desprezível de quebra de empresas; e o desemprego poderá subir bastante, pois muitas empresas ainda estão cortando custos e ajustando o quadro de empregados, principalmente médias e pequenas empresas. Não estão descartadas novas leituras negativas do PIB trimestral. O ciclo de ajuste do setor real não está completo e há o efeito da política monetária restritiva ainda se materializando, enquanto a economia mundial desacelera, influenciando a dinâmica econômica do país. Pode até ser que ocorra um aumento marginal do investimento, uma vez que houve queda muito expressiva e algumas empresas buscam compensar a



Ata Ord. 48 - Página 2

M



cwr

depreciação de suas máquinas e equipamentos. Ciclo de investimento já é outra conversa. Não há espaço para isso. Se o fundo do poço pode não ser sólido o suficiente, o que dirá a volta do crescimento. O BC esperar um pouco mais para cortar os juros, de forma a acelerar a convergência da inflação à meta, talvez não seja a decisão mais sábia no momento. Seria prudente o BC considerar o todo (equilíbrio geral, no jargão dos economistas), e não apenas a parte que lhe cabe (equilíbrio parcial), pois o primeiro afeta o segundo. Um quadro econômico mais frágil do que o esperado pode significar perda de confiança dos agentes econômicos, um ambiente político difícil e mais destruição de crescimento potencial, com contração da oferta. Com tudo isso, o poder da política monetária de controlar a inflação seria afetado, apesar de todas as boas intenções. A agenda fiscal não parece um constrangimento ao BC no momento. Passado o impeachment, o governo se volta novamente para a agenda econômica. Procuram aumentar o diálogo com o Congresso e com a sociedade, e parecem mais atentos a eventos que possam atrapalhar a credibilidade do ajuste fiscal. Parecem ter aprendido a lição com os desdobramentos do ajuste do funcionalismo e o acordo frouxo da dívida dos estados. Quem ficou de fora, agora reclama. Pensando os próximos meses, é possível afirmar que é mais garantida a aprovação de reformas fiscais do que a retomada efetiva da economia. O início do ciclo de corte de juros, em condições adequadas, poderá ter efeito simbólico importante, além do impacto usual na economia que contribui para a volta cíclica do crescimento. Seria o selo de qualidade do BC para política econômica e de que a agenda fiscal está bem encaminhada. Um BC que aguarda a aprovação de reformas para iniciar a flexibilização monetária pode acabar alimentando o ceticismo dos agentes econômicos. Ora, se nem a autoridade monetária confia no ajuste fiscal, por que os agentes econômicos confiariam. O movimento do BC poderá ser importante sinal para investidores estrangeiros voltarem a olhar as oportunidades no Brasil, para o mercado de crédito iniciar sua normalização e para empresários repensarem planos de demissão, produção e investimento. Um impulso extra para a volta da confiança, ingrediente essencial para a retomada da atividade econômica. Claro que isso só é válido porque é um BC com credibilidade. Um BC zeloso de sua missão, mas atento aos sinais da economia. **Embraer afunda 3%, MRV cai 2% com Minha Casa, Minha Vida e small cap sobe até 9% com transação de R\$ 173 mi.** Confira os principais destaques de ações da Bovespa nesta segunda-feira Paula Barra, 26 set, 2016 10h08. Atualizada em 12h38 Vale e siderúrgicas. As ações da Vale (VALE3, R\$ 17,45, 1,13%; VALE5, R\$ 15,16, 1,11%), Bradespar (BRAP4, R\$ 9,86, 0,80%) e siderúrgicas Gerdau (GGBR4, R\$ 8,58, 1,27%), Metalúrgica Gerdau (GOAU4, R\$ 3,57, -1,65%), Usiminas (USIM5, R\$ 3,50, 1,96%) e CSN (CSNA3, R\$ 8,65, 0,69%) caem em dia de aversão ao risco nos mercados globais. No radar das siderúrgicas, a CSN está próxima de vender a mineradora Casa de Pedra a um grupo chinês, segundo informações da coluna Radar, da Veja. O desfecho da transação deve ocorrer nas próximas semanas. O BTG Pactual lembra que a companhia tem falado há algum tempo na venda de ativos

inclusive "core assets". "A CSN está com fluxo de caixa livre negativo, alavancada em 8 vezes e precisa começar a destravar venda de ativos rapidamente. Seguimos aguardando os próximos passos", comentaram os analistas. Eles ressaltaram que a situação da siderúrgica é crítica e mantém recomendação de venda. Além disso, o jornal O Estado de S. Paulo informa que, prestes a completar dois anos, a briga societária entre os sócios controladores da Usiminas Techint/Ternium e Nippon Steel se mostra longe de um desfecho. Logo após a siderúrgica ter conseguido alongar sua dívida, ponto crucial para a reestruturação da empresa, a Nippon evidenciou a falta de acordo com sua sócia ítaloargentina e voltou a bater na sua falta de concordância sobre a eleição de Sérgio Leite para a presidência da Usiminas, no lugar de Rômel de Souza, nome de confiança da empresa japonesa. Souza substituiu Julian Eguren em setembro de 2014, quando o até então presidente da Usiminas foi afastado com outros dois diretores, todos indicados pela Ternium. Desde então, os dois conglomerados siderúrgicos travam brigas, inclusive na esfera judicial. A posse de Leite, que está há 40 anos na Usiminas e que antes ocupava o cargo de vice-presidente comercial, vem sendo questionada pela Nippon na esfera judicial, em um processo que tramita em segredo de Justiça e que teve pedido de intervenção realizado pela japonesa. Na semana passada, a Nippon Steel jogou um balde de água fria naqueles que achavam que a Usiminas vivia dias mais tranquilos, com uma carta publicada na imprensa. O texto, que acabou não sendo bem recebido pelo mercado, tratava dos feitos de Souza e ainda de Paulo Penido, ex-conselheiro da Usiminas indicado pela Nippon, que faleceu no mês passado. "Sem a dedicação e o empenho demonstrados pelos srs. Rômel e Penido, a Usiminas não teria concluído o refinanciamento das dívidas, crucial para superar a crise histórica que enfrenta", diz a carta, citando um provérbio sobre gratidão. Uma fonte próxima à Nippon Steel ouvida pelo jornal disse que a intenção dessa publicação foi exaltar a importância de Penido para a trajetória da Usiminas. Depois de um longo período de briga e sem acordo à vista, a única saída vislumbrada seria a separação da Usiminas, com Nippon Steel ficando com a usina de Ipatinga (MG) e Ternium com a unidade de Cubatão, na Baixada Santista, que está com a atividade primária paralisada desde o início do ano. Mas nada foi feito para viabilizar esse divórcio até aqui e o assunto está parado. Construtoras As ações das construtoras expostas ao segmento de baixa renda caem forte nesta sessão, com MRV Engenharia (MRVE3, R\$ 11,41, 3,14%), Direcional (DIRR3, R\$ 5,79, 2,36%) e Gafisa (GFSA3, R\$ 2,44, 0,41%). O movimento ocorre na esteira da notícia de que o Ministério das Cidades decidiu que a Caixa Econômica Federal está desautorizada a usar recursos do FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) para financiar a compra de imóveis pelo programa Minha Casa, Minha Vida. A instrução normativa, publicada hoje no Diário Oficial da União, refere-se à orientação dada à Caixa para que, não havendo repasse da União para contratação de novos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida, fica vedada a utilização de recursos do FGTS para suprir a cota de responsabilidade da mesma, evitando-se uma contratação de operação de

crédito. Segundo esclareceu o Ministério das Cidades, em nota divulgada à imprensa nesta tarde, não há qualquer tipo de alteração no planejamento e no ritmo de contratação do Minha Casa, Minha Vida. "Todas as linhas de contratação, incluindo o FGTS, permanecem inalteradas", disse. Profarma (PFRM3, R\$ 10,09, +4,13%) e Brasil Pharma (BPHA3, R\$ 11,60, +5,84%) As ações da Brasil Pharma dispararam até 9,49% nesta manhã, a R\$ 12,00, enquanto os papéis da Profarma subiram 4,13% na máxima do dia, a R\$ 10,09. A euforia ocorre na esteira da notícia de que a Nice RJ Participações, subsidiária da Profarma, celebrou com a Brasil Pharma contrato para comprar a totalidade das ações ordinárias de emissão da Drogaria Rosário S.A. A transação tem valor de R\$ 173 milhões, a serem pagos em duas parcelas: a primeira, em setembro, e a segunda, 36 meses após o fechamento da compra. A operação está sujeita à aprovação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O contrato, celebrado no dia 25 de setembro, também inclui totalidade das quotas de emissão da COF (Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda). Petrobras (PETR3, R\$ 14,93, 0,27%; PETR4, R\$ 13,63, 0,44%) As ações da Petrobras caem apesar da alta dos preços do petróleo nesta sessão e elevação de preço pelo Credit Suisse. Lá fora, o contrato futuro do petróleo Brent registrava alta de 1,59%, a US\$ 46,62 o barril, enquanto o WTI avançava 1,39%, a US\$ 45,10 o barril. No radar, o Credit Suisse analisou o plano estratégico da Petrobras publicado na semana passada e aumentou o preço da Petrobras de US\$ 8,60 para US\$ 11 por ADR (American Depositary Receipt), o que representa um potencial de valorização de 20%, mas mantendo recomendação neutra por causa dos riscos de execução. "No novo cenário base, estamos assumindo: (1) plano de desinvestimento mais agressivo, mas mais longo do que o guidance; (2) aumento da produção, chegando a 2,5 milhões barris por dia em 2021 (versus 2,4 milhões anteriormente); (3) capex menor (US\$ 74 bilhões versus 85 bilhões antes); (4) menor custo de rolagem da dívida (5.5% de 6.5%); e (5) aumento de preços em 2018, seguindo a paridade de importação. Os analistas acreditam que o plano está na direção correta, mas também é desafiador e deve demorar um tempo para os resultados serem verificados. No nível de preço atual, para ter mais upside, vai depender da vontade dos investidores pagarem por (1) preço do petróleo acima de US\$ 70 ou (2) o plano de negócio ser muito bem executada. Se incorporássemos o plano de negócios exatamente como foi anunciado, o nosso modelo traria 44% do nível de preço atual (US\$13.8 por ADR)", afirmam os analistas. Em entrevista à Bloomberg, o diretor financeiro da Petrobras Ivan Monteiro afirmou que a venda da participação que a estatal tem na Braskem está incluída na meta de desinvestimento de US\$ 19,5 bilhões entre 2017 e 2018. "Temos interesse de vender, mas ainda não temos data", disse Monteiro. Ele ainda afirmou que a reação ao plano de negócios 2017-2021 apresentado na última semana "foi nitidamente positiva". O CEO da Petrobras, Pedro Parente, irá apresentar o plano durante evento na Fiesp em São Paulo, às 14h desta segunda-feira. Segundo Monteiro, há mais "opções de financiamento agora, é o melhor cenário em muito tempo" para a Petrobras; opções "melhoraram muito".



Ata Ord. 48 - Página 5



"Sempre vamos avaliar oportunidades de mercado, mas o custo financeiro será chave". De acordo com o CFO, as dívidas a vencer em 2017 e 2018 estão mais gerenciáveis, mas afirmou que a gestão da empresa ainda não está satisfeita. "O tamanho da dívida é um problema". "Apesar de rolagem ter melhorado, e volume maior de dívidas passar a vencer em 2019, o vencimento de dívidas ainda é uma preocupação". De acordo com ele, a Petrobras vai atingir métricas para voltar a ser investment grade até 2018. O corte de 18% nos custos previsto no plano de negócios, de US\$ 153 bilhões para US\$ 126 bilhões, virá de nova metodologia interna para aprovação de orçamento, assim como corte de custos já em andamento, a exemplo dos programas de demissão voluntária e de três rodadas de renegociação com fornecedores. Ivan Monteiro não quis comentar política de preços e como ela afeta a venda da BR Distribuidora. Além disso, destaque para a notícia do jornal Valor Econômico de que, mesmo com corte de investimento, a Petrobras tem conseguido evitar uma queda maior na produção de petróleo e gás graças ao aumento significativo da produtividade dos campos do pré-sal. Em 2017, a produção diária de barris de petróleo vai cair de 2,145 milhões para 2,070 milhões, mas, nos anos seguintes, a curva de produção vai crescer, apesar dos desinvestimentos e do declínio da extração na Bacia de Campos. "A produtividade está bem maior. Em média, antecipava-se que [no campo de Lula, da camada pré-sal] seria de 15 mil barris diários por poço. O que estamos encontrando são 25 mil barris por dia, chegando 40 mil barris", disse, em entrevista ao Valor, Pedro Parente. Ele também destacou a necessidade da estatal reduzir a sua dívida rapidamente.

CPFL Energia (CPFE3, R\$ 24,39, +0,37%) A CPFL Energia informou que a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, venderá sua participação de 29,4% na empresa para a State Grid. Em fato relevante a companhia disse que o fundo exerceu o direito de venda conjunta previsto no acordo de acionistas, a fim de vender com a ESC Energia e Camargo Corrêa a totalidade de sua participação para a State Grid Brazil Power, subsidiária da chinesa State Grid. Segundo o BTG Pactual, a venda deve acionar o direito de "tag along" aos acionistas minoritários de R\$ 25,00 por ação da CPFL e R\$ 12,20 por ação da CPFL Renováveis, sem ajustes. Os analistas lembram que o acordo ainda está sujeito a aprovação da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a expectativa é que seja concluída no início de 2017.

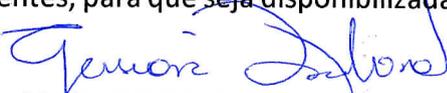
Embraer (EMBR3, R\$ 14,65, 3,30%) As ações da Embraer lideram as perdas do Ibovespa, em dia de leve queda do dólar frente ao real. O contrato futuro da moeda negociado na BM&FBovespa, com vencimento em outubro, registrava queda de 0,17% neste momento, a R\$ 3,244. No radar, a companhia aceitou 1.463 dos 1.470 empregados inscritos no PDV (Programa de Demissão Voluntária) da companhia. Além disso, uma notícia de Lauro Jardim, de O Globo, diz que a Embraer se prepara para vender sua área de defesa. O BTG Pactual comentou nesta manhã a informação. Para os analistas do banco, essa transação não faz sentido. Após 2015 de perdas, o negócio está entrando em uma tendência de melhora de resultados e as vendas do KC390 devem contribuir positivamente para o backlog (carteira de pedidos) e vendas no longo prazo. "A notícia



Ata Ord. 48 - Página 6

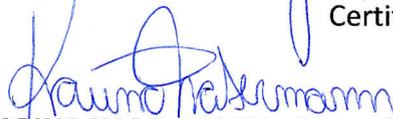


não deveria fazer preço uma vez que achamos pouco provável que um acordo como esse aconteça no médio prazo", comentaram. Oi (OIBR3, R\$ 3,42, 0,29%; OIBR4, R\$ 2,54, +2,01%) A Oi deu entrada nesta sexta-feira (23), na 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com um requerimento solicitando a instauração de processo de mediação com a Anatel, que está entre os maiores credores da companhia, com R\$ 11 bilhões dos R\$ 65 bilhões em passivos que a Oi tem. Segundo o Valor Econômico, a advogada Ana Teresa Basilio, do Basilio Advogados, que representa a Oi no pedido, afirmou que foi incluída no plano de recuperação judicial, assim como para os demais titulares de multas administrativas, para facilitar a discussão da proposta alternativa apresentada no plano. Na mediação, o objetivo é discutir a conversão das multas em obrigações como investimentos em infraestrutura, benefícios aos consumidores e utilização de valores já depositados judicialmente para os processos relativos a essas multas administrativas. Rumo (RUMO3, R\$ 6,16, 2,07%) O colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, disse que nesta semana as operadoras ferroviárias vão anunciar um investimento de R\$ 15 bilhões e menciona que a Rumo vai desembolsar R\$ 9 bilhões desse total. A Rumo já anunciou o seu plano de investimentos no ano passado. O que espera-se agora é o processo de negociação com o governo avançar. O próximo passo teoricamente seria o lançamento de uma audiência pública com a minuta do contrato desenhado entre a Malha Paulista e a ANTT, comentaram analistas do BTG Pactual. Segundo eles, a dúvida atualmente é se esse processo sofrerá atrasos relevantes ou não. Semana passada o Valor reportou que a Medida Provisória que trata de renovações poderia trazer mecanismos que causariam atrasos para os processos de renovação de ferrovia. "Nossa visão é que Malha Paulista será repactuada e renovada, a grande questão é quando, o que dependerá de decisões do governo sobre como o processo será dado", disseram. Para eles, a notícia não deve fazer preço. **Banco Central do Brasil – Relatório de Mercado – Focus – (23/09/2016) – Expectativas de Mercado Mediana – Agregado – IPCA 2016 7,25%▼ e 2017 5,07%▼; Meta Taxa Selic fim de período 2016 13,75%= e 2017 11,00%=; PIB 2016 (3,14%)▲ e 2017 1,30%▼.** Terminada a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos e não havendo mais nada a deliberar, eu **KARINA HABERMANN**, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e demais membros presentes, para que seja disponibilizada ao Gestor e demais consultas.



GERSIANE GOMES BARBOSA - Presidente

Certificação ANBIMA CPA 10



KARINA HABERMANN - Secretária

Certificação ANBIMA CPA 10



CLAUDIA DAMETTO TAMBOLIN – Membro

Certificação ANBIMA CPA 10



Marcelo Martini
Gestor de Recursos
RPPS do Município de Leme
LEMÉPREV

(19) 3573-7521
Rua Joaquim de Góes, 665 - Centro
CEP: 13610-108 - Leme/SP

CNPJ: 11.639.339/0001-59
contato@lemeprev.sp.gov.br
www.lemeprev.sp.gov.br